

CAPÍTULO 1

CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DE UM ADULTO COM PARALISIA CEREBRAL ATRAVÉS DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Maria Sofia Santos da Silva¹
Raffaela Silva de Lima²
Luzimara Vieira Rodrigues³
Maria de Fátima Góes da Costa⁴

INTRODUÇÃO

A encefalopatia crônica não progressiva, conhecida popularmente como Paralisia Cerebral (PC), é caracterizada por distúrbios neuropatológicos que implicam em acometimentos clínicos de âmbito motor, estando ou não associados a déficit cognitivo (Lino *et al.*, 2020). Entre os principais padrões patológicos estão a alteração de tônus, postura e a persistência de reflexos, que dificultam principalmente no alcance de habilidades dos membros superiores, o uso das mãos e a destreza dos dedos, impactando sobre os resultados educacionais, as Atividades de Vida Diária e a autonomia de indivíduos com PC (Codgno; Braccialli; Braccialli, 2018).

Nas bases teóricas nacionais, a Tecnologia Assistiva (TA) é definida como um conjunto de equipamentos, sistemas e produtos confeccionados ou adquiridos comercialmente para a modificação de

¹Discente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

²Discente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

³Discente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

⁴Doutoranda em Teoria e Pesquisa do Comportamento na Universidade Federal do Pará (UFPA).

ambientes ou melhora de habilidades de pessoas com limitações físicas, funcionais e sensoriais (Oliveira; Lourenço; Oliveira, 2008). Para Santos *et al.* (2018), no contexto escolar, o uso da Tecnologia Assistiva auxiliará positivamente em problemas funcionais dos estudantes, objetivando ampliar as oportunidades de engajamento educacional nas tarefas e atividades escolares, valorizando suas capacidades e habilidades inerentes, a fim de proporcionar melhor desempenho e participação.

Portanto, a intervenção da Terapia Ocupacional por meio da TA se torna uma oportunidade de assistência ao ganho de habilidades e acessibilidade em ambientes escolares e de vivência, proporcionando maior independência, inclusão e participação social. Haja vista que o terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação profissional, é competente para atuar nas práticas e serviços de Tecnologia Assistiva em suas diferentes áreas de aplicação, incluindo no contexto escolar (COFFITO, 2015).

MÉTODOS

Refere-se a um relato de experiência da intervenção da Terapia Ocupacional realizada com um adulto com PC, vivenciado por acadêmicas do curso de Terapia Ocupacional, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), do sexto ao nono semestre, em estágio extracurricular no Núcleo de Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (NEDETA), por um período de dois meses. Os atendimentos ocorreram a partir do encaminhamento do usuário ao NEDETA, pelo Centro Especializado de Reabilitação (CERIII), da Unidade de Ensino e Assistência de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UEAFTO), interligado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

RESULTADOS

Durante o período da experiência, foi atendido um adulto com PC, do tipo quadriplégica espástica, do gênero masculino, com 24 anos

de idade. O adulto passou por um processo de avaliação, no qual foram identificadas demandas físicas que o impediam de escrever e manter-se na postura adequada nos aposentos da escola, tais como: padrão flexor de punho e antebraço nos membros superiores (MMSS) e pouco controle cervical. Tais condições acarretam ao usuário atraso educacional e sentimento de impotência perante as outras pessoas do ambiente, por essa razão, o mesmo encontrava-se afastado das atividades escolares.

Sabe-se que no processo de avaliação terapêutica ocupacional se dá enfoque no uso de ocupações para promover a saúde, o bem-estar e a participação na vida (AOTA, 2020). Portanto, essa etapa é crucial para o processo terapêutico, pois é a partir dela que serão determinadas as prioridades, habilidades e déficits do cliente, que implicará diretamente nos objetivos e metas da intervenção (AOTA, 2020).

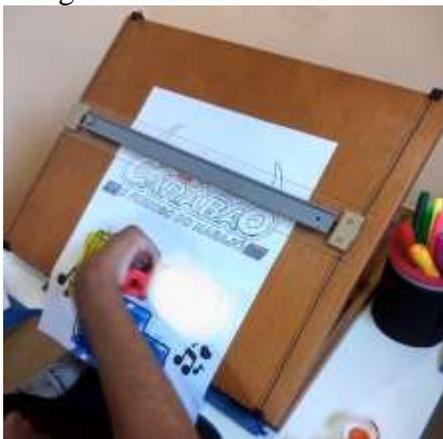
Dessa forma, nos atendimentos terapêuticos ocupacionais, a Tecnologia Assistiva, por meio de dispositivos e mobiliário adaptados, foi utilizada para promover a escrita e a estabilidade postural do usuário. Proporcionando estimulação da amplitude de movimentos dos MMSS, destreza manual e coordenação motora fina, haja vista que são habilidades primordiais para a escrita.

Parágrafo único. Compete ao terapeuta ocupacional prescrever, orientar, executar e desenvolver produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços de Tecnologia Assistiva no âmbito do treino das Atividades de Vida Diária (AVDs) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), visando melhorar o desempenho ocupacional dos indivíduos em seu cotidiano, favorecendo sua saúde física e mental, qualidade do viver e participação social (Resolução n. 458, Art. 4) (COFFITO, 2015).

Foram utilizados: prancha inclinada para estimular o controle cervical (Figura 1), engrossadores de pincéis, marcadores e canetas confeccionados com espessura baseada na preensão palmar do paciente

(Figura 2), além de atividades grafomotoras elaboradas com progressiva evolução de habilidades (Figura 3).

Figura 1 - Prancha inclinada



Fonte: elaborada pelas autoras.

Figura 2 - Engrossadores de pincéis, marcadores e canetas



Fonte: elaborada pelas autoras.

Figura 3 - Atividades grafomotoras personalizadas



Fonte: elaborada pelas autoras.

DISCUSSÃO

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO, 2015) afirma que o terapeuta ocupacional é competente para avaliar as potencialidades e necessidades do indivíduo para a utilização de recursos e serviços de TA. Desse modo, sua atuação não se limita apenas ao cliente, mas em todo o contexto em que está inserido. Para Santos *et al.* (2018), o profissional auxilia as pessoas com PC na ampliação das possibilidades de participação e ensino por meio da Tecnologia Assistiva.

Para as pessoas com Paralisia Cerebral, a questão motora é a característica mais evidente que requer acessibilidade e oferta de recursos e adaptações que potencializam seu acesso à educação com qualidade (Pinto; Gonzaga; Lourenço, 2022). Para isso, é necessário que haja a intervenção multidisciplinar entre profissionais da área da saúde e da educação, para a garantia de qualidade de ensino, bem-estar físico e mental desses alunos. No ambiente escolar, as intervenções podem ocorrer através de adaptações de mobiliário e materiais utilizados pelo indivíduo, visando sua participação e integração nas atividades acadêmicas.

No estudo de Codgno, Braccialli e Braccialli (2018), há um levantamento das principais dificuldades escolares de pessoas com Paralisia Cerebral do tipo espástica, onde 69% dos alunos apresentam dificuldades na escrita, principalmente por não realizar a preensão adequada do lápis e não manter a postura funcional, com presença de dor durante as atividades.

Ainda que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pela Lei n. 13.146, de 2015, assegure a inclusão escolar e a integração de pessoas com deficiência na comunidade, muitas são as barreiras e entraves para se cumprir este direito, a começar pela falta de acessibilidade nas escolas, falta de ambientação e profissionais capacitados para viabilizar melhores condições aos alunos com deficiência, acarretando em constante evasão escolar e atraso educacional dessa parcela da população.

De acordo com o estudo elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Unesco (2022), as matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular aumentaram nos últimos dez anos, no entanto, o índice de evasão escolar também cresceu na mesma proporção, evidenciando que as políticas de acesso à educação ainda não estão assegurando a inclusão desse público ao ensino de qualidade.

Portanto, o terapeuta ocupacional, como profissional qualificado para facilitar as interações entre o cliente, seus ambientes, contextos e as ocupações às quais se envolve (AOTA, 2020), deve intervir diretamente no desempenho ocupacional, aplicando seus conhecimentos e habilidades a fim de melhorar a participação dos clientes nas ocupações, e, no contexto escolar, proporcionar a inclusão, a qualidade de vida, saúde e bem-estar de pessoas com Paralisia Cerebral e outras deficiências, independentemente dos efeitos da doença, da incapacidade, da interrupção ou privação da ocupação (AOTA, 2020).

CONCLUSÃO

A Paralisia Cerebral é classificada a partir da predominância clínica do distúrbio motor e postural, como também com a presença ou não de demais desordens, frequentemente, cognitivas, deixando sequelas neurofuncionais consideráveis no indivíduo, podendo prejudicar seu desempenho ocupacional nos diferentes contextos. Para pessoas com PC, os aspectos motores são os mais característicos, necessitando de adaptações e recursos que facilitem a acessibilidade aos ambientes educacionais e de ensino.

No ambiente escolar, ainda que haja leis e diretrizes de inclusão, ainda se vê barreiras físicas e estruturais que dificultam o acesso de pessoas com deficiência a uma educação de qualidade. Por essa razão, os terapeutas ocupacionais, com o uso da Tecnologia Assistiva, mostram-se como agentes modificadores da realidade, proporcionando a inclusão social e o engajamento ocupacional das pessoas com

Paralisia Cerebral no contexto escolar, promovendo autonomia e a participação social.

REFERÊNCIAS

AOTA. American Occupational Therapy Association. Occupational therapy practice framework: Domain and process. 4. ed. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 74, suppl. 2, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: **Diário Oficial da União**, 7 jul. 2015.

CODGNO, F. T. O.; BRACCIALLI, A. C.; BRACCIALLI, L. M. P. Mudança na destreza manual do aluno com Paralisia Cerebral frente ao mobiliário escolar adequado. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.2 4, n. 4, p. 501-516, out./dez. 2018.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução n. 458, de 20 de novembro de 2015. Dispõe sobre o uso da Tecnologia Assistiva pelo terapeuta ocupacional e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 9 dez. 2015.

LINO, T.B. *et al.* Efeitos do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva para Promover Independência em Atividades de Vida Diária para uma Criança com Paralisia Cerebral. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 26, n. 1, p. 35-50, jan./mar. 2020.

OLIVEIRA; Ana Irene Alves; LOURENÇO, Juliana Maciel de Queiroz; OLIVEIRA, Manoel Gionovaldo Freire de. **Perspectivas da Tecnologia Assistiva no Brasil: pesquisa e prática**. Belém: UEPA, 2008.

PINTO, M. M.; GONZAGA, M. V.; LOURENÇO, G. F.
Escolarização de Pessoas com Paralisia Cerebral: uma Revisão
Sistemática na Literatura Nacional. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v.
28, p.619-638, 2022.

SANTOS, C. *et al.* O uso da tecnologia assistiva pelo estudante com
Paralisia Cerebral no contexto escolar. **Revista Educação Especial**,
Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 631-650, jul./set. 2018.

UNESCO. Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede).
Universidade Federal de Minas Gerais. **Ministério da Educação**.
Inclusão, equidade e desigualdades entre estudantes das escolas
públicas de ensino fundamental no Brasil. França: Unesco, 2022.
Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382175>.
Acesso em: 11 out. 2023.